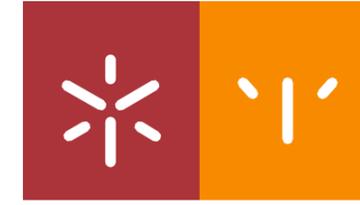




**Do Trauma à Reclusão: Um Estudo Qualitativo
com Homens que Cometeram Homicídio**

Tânia Gonçalves

UMinho | 2023

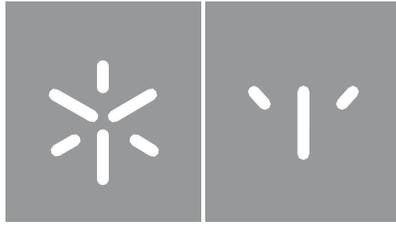


Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Tânia Silva Gonçalves

**Do Trauma à Reclusão: Um Estudo
Qualitativo com Homens que
Cometeram Homicídio**

junho de 2023



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Tânia Silva Gonçalves

**Do Trauma à Reclusão: Um Estudo
Qualitativo com Homens que Cometeram
Homicídio**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Psicologia da Justiça

Trabalho efetuado sob a orientação da

Professora Doutora Ângela da Costa Maia e da
Professora Doutora Vanessa Azevedo

junho de 2023

Despacho RT - 31 /2019 - Anexo 3

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

À Professora Doutora Ângela Maia, um sincero obrigada por me ter acolhido tão bem na equipa, por todo o apoio prestado ao longo do meu percurso académico, especialmente na dissertação, e por todo o conhecimento que me transmitiu ao longo destes anos. À Doutora Vanessa Azevedo pelo incentivo, pela paciência, disponibilidade e, acima de tudo, pela preocupação e por toda a orientação.

À Bárbara e à Carina pelo apoio ao longo destes cinco anos, por estarem comigo nos bons e nos maus momentos, sempre disponíveis a qualquer hora para me ajudar com tudo o que eu precisasse. Mas acima de tudo, pela forma como me acolheram e partilharam os seus conhecimentos, permitindo-me crescer e desenvolver competências. Obrigada por darem sentido à palavra “equipa”.

A todos os elementos da equipa de investigação “Experiências Adversas e Traumáticas” por toda a ajuda, pelos comentários construtivos e conselhos, que me forneceram e que me permitiram o aperfeiçoamento deste trabalho. Obrigada pela partilha de experiências e conhecimento nos mais variados temas.

À minha família, pelo apoio ao longo deste percurso. Ao Gabriel pela paciência, por me ter incentivado a não desistir e por acreditar em mim, mesmo quando eu não o fazia.

A todos os participantes deste estudo, que entrevistei e, em alguns casos, acompanhei, um enorme obrigada pelas partilhas, por toda a confiança, respeito, interesse e disponibilidade com que me receberam e aceitaram participar neste estudo. Sem eles este estudo não teria sido possível.

Por fim, obrigada a todos os que de uma forma ou outra cruzaram o meu caminho e que contribuíram para a minha formação e realização desta dissertação.

Despacho RT - 31 /2019 - Anexo 4

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Braga, 05 de junho de 2023

Tânia Gonçalves

Resumo

Existem inúmeros fatores que influenciam as trajetórias de vida, tanto positiva quanto negativamente. Na presença de fatores de risco, como história de vitimação e trauma, parece haver um aumento na predisposição para a prática de comportamentos/crimes violentos. O crime de homicídio é considerado o crime mais grave dentro da categoria de crimes violentos. Em Portugal, pouco se sabe sobre o impacto de experiências adversas e traumáticas no percurso de vida de pessoas que cometeram homicídio, recorrendo a uma metodologia qualitativa. O objetivo foi explorar e compreender de que forma as pessoas condenadas por crime de homicídio integram o impacto de possíveis adversidades presentes na sua história de vida e na perpetração do crime pelo qual estão condenadas. Foram analisadas 15 entrevistas através de análise temática indutiva. Os participantes relataram as adversidades que experienciaram nas suas vidas e as estratégias que encontraram para lidar com as mesmas. Os tipos de adversidades relatados foram: falta de apoio familiar, dificuldades a nível socioeconómico, violência intrafamiliar observada, experienciada e negligência, contudo os participantes não estabeleceram uma relação entre estas experiências e o cometimento do crime. Propõe-se que sejam realizadas intervenções preventivas, com crianças em risco, e remediativas, nos próprios, promovendo a diminuição da criminalidade.

Palavras-chave: análise temática; experiências adversas e traumáticas; homicídio; crimes violentos.

Abstract

There are numerous factors that influence life trajectories, both positively and negatively. In the presence of risk factors such as victimization history and trauma, there is an increased predisposition to commit violent behavior/crime. Homicide is considered the most severe crime within the category of violent crimes. In Portugal, little is known about the impact of adverse and traumatic experiences on the trajectories of people who committed homicide, especially by adopting a qualitative methodology. The aim was to explore and understand how people convicted of homicide integrate the impact of adversity presented in their life story and in the perpetration of the crime for which they are convicted. Fifteen interviews were analyzed through inductive thematic analysis. Participants reported the adversities they experienced in their lives and the strategies they found to cope with them. The types of adversities reported were lack of family support, socio-economic difficulties, observed and experienced intra-familial abuse and neglect, however, the participants did not establish a relationship between these and committing the crime. We suggest that preventive interventions, with children at risk, and remedial interventions, with the inmates themselves, should be implemented, promoting a decrease in criminality.

Keywords: thematic analysis; adverse and traumatic experiences; homicide; violent crimes

Índice

Do Trauma à Reclusão: Um Estudo Qualitativo com Homens que Cometeram Homicídio	8
Método.....	11
Design do Estudo e População.....	11
Recrutamento de Participantes e Recolha de Dados	12
Descrição dos Participantes	12
Guião da Entrevista Qualitativa.....	14
Análise Qualitativa: Análise Temática	14
Rigor Qualitativo.....	15
Resultados	15
Tema 1. (Sobre)vivência em Ambiente Adverso	15
1.1. <i>Condições Socioeconómicas Adversas</i>	15
1.2. <i>Qualidade do Apoio Familiar</i>	16
1.2.1. Ausência de Rede de Apoio Familiar	16
1.2.2. Presença de Rede de Apoio Familiar.....	17
1.3. <i>Violência Intrafamiliar</i>	17
1.3.1. Violência Intrafamiliar Observada.....	17
1.3.2. Violência Intrafamiliar Experimentada.....	18
<i>Subtema 1.4. Negligência</i>	18
Tema 2: Origem e Explicação do Comportamento Criminal	19
Discussão	21
Conclusão	26
Referências	26

Índice de Tabelas

Tabela 1	
Descrição das Características Sociodemográficas e Jurídico-Penais dos Participantes.....	13
Tabela2	
Guião Semiestruturado.....	14

Do Trauma à Reclusão: Um Estudo Qualitativo com Homens que Cometeram Homicídio

A infância e a adolescência são fases cruciais no desenvolvimento humano, nas quais ocorrem inúmeras mudanças físicas, emocionais e comportamentais. É neste período que os seres humanos começam a desenvolver a sua personalidade, competências sociais, cognitivas e emocionais, que serão fundamentais para a vida adulta (Kavanaugh et al., 2017). Contudo, para algumas pessoas, essas fases são marcadas por experiências adversas e potencialmente traumáticas, que podem ter efeitos duradouros nas suas vidas (Basto-Pereira et al., 2016).

As experiências adversas e/ou traumáticas na infância e adolescência são experiências que incluem qualquer tipo de contacto abusivo, ofensivo ou prejudicial para com a criança/adolescente, que tenha sido perpetrado ou permitido pelo(s) progenitor(es) ou cuidador(es) (Goddard & Pooley, 2019). A literatura tem classificado estes contactos em cinco componentes: abuso físico, abuso sexual, abuso psicológico, abuso emocional e negligência (World Health Organization, 2006). Assim, para além das categorias mais tradicionais que contemplam apenas o abuso físico e sexual, é também considerado abuso qualquer forma de comunicação que humilhe, envergonhe, intimide/gere medo na criança, quer seja um ato, ou uma omissão que negligencie ou coloque em causa o seu desenvolvimento (Goddard & Pooley, 2019). Relativamente a experiências que envolvam separação ou perdas na infância, a literatura indica que uma criança separada forçadamente da sua figura de vinculação evidencia sofrimento/angústia (Sutton, 2019). Assim, se este incidente de separação for prolongado, ou implicar que a criança seja colocada em ambientes com os quais não está familiarizada, é provável que este sofrimento se intensifique (Tomasella, 2016). A literatura indica ainda que a negligência pode impactar no desenvolvimento psicológico e comportamental das crianças. A falta de cuidados e atenção adequados pode levar a problemas de autoestima, ansiedade e depressão. Além disso, a negligência pode afetar a capacidade da criança de regular as suas emoções, aumentando o risco de problemas de saúde mental a longo prazo, podendo ainda gerar comportamentos impulsivos e desviantes (Widom, 2017). Por fim, a exposição a violência doméstica é também um tipo de experiência adversa (Turner et al., 2017) resultante de violência verbal, emocional e física entre os pais (Almeida et al., 2022).

A prevalência de experiências adversas e traumáticas em crianças e adolescentes é uma realidade preocupante. Internacionalmente, um estudo realizado nos Estados Unidos sobre prevalências de maus-tratos na infância, com base em dados do Sistema Nacional de Dados sobre Abuso e Negligência de Crianças, demonstrou que de uma amostra de 66 769 indivíduos, 1 868 foram vítimas de negligência, 656 de abuso físico, 211 foram vítimas de abuso sexual e ainda 194 vítimas de abuso emocional (Kim et al., 2017). Em Portugal, em 2022, foram registados pelas autoridades policiais 819 crimes de violência doméstica contra

menores, o maior número registado desde 2018, e ainda 362 crimes de maus-tratos a menores (Estatísticas da Justiça, 2023). Para além da sua elevada frequência, estes comportamentos têm implicações significativas para o bem-estar destas pessoas e para a sociedade como um todo. A literatura tem demonstrado que ser exposto a situações adversas e traumáticas constituiu-se como um fator de risco para alterações não só a nível emocional (e.g., raiva, condições psiquiátricas) (Braga et al., 2017) e comportamental (e.g., comportamentos antissociais, suscetibilidade para o crime) (Braga et al., 2017), como também a nível cognitivo (Teicher & Samson, 2016).

Existe um consenso entre a comunidade científica relativamente à influência das mudanças no funcionamento de certas áreas do cérebro quando as pessoas passam por situações potencialmente traumáticas, com a presença de alterações neuronais que originam comportamentos mais impulsivos e violentos (Teicher & Samson, 2016). O trauma afeta as áreas cerebrais relacionadas com o autocontrolo, com o comportamento e com as emoções, como o hipocampo e a amígdala (De Bellis & Zisk, 2014). O hipocampo é responsável pela memória e pela aprendizagem, enquanto a amígdala é responsável pelo processamento emocional e pela resposta ao stress. Essas mudanças podem levar a dificuldades na regulação emocional e comportamental, prejudicando a capacidade da pessoa controlar impulsos e comportamentos agressivos (De Bellis & Zisk, 2014). Além disso, o trauma pode afetar a conectividade entre as diferentes áreas do cérebro, prejudicando a comunicação e a integração de informações (Teicher & Samson, 2016). Adicionalmente, as alterações neuronais decorrentes do trauma podem também estar relacionadas com o eixo HPA (hipotálamo-hipófise-adrenal). Assim, ter história de trauma pode aumentar a produção da hormona “cortisol”, que é libertada pela glândula adrenal em resposta ao stress (Speer et al., 2019). O aumento prolongado dos níveis de cortisol pode levar a uma sobrecarga do sistema HPA, prejudicando a capacidade do organismo de regular a resposta ao stress. Alguns investigadores concluíram ainda que, crianças que sofreram maus-tratos e/ou negligência estão mais propensas a desenvolver psicopatologia (Newbury et al., 2018). Desta forma, estes estilos cognitivos e de processamento emocional parecem tornar propício o envolvimento de práticas desviantes, não descurando variáveis contextuais, como por exemplo, a falta de apoio social e económico, que pode levar a sentimentos de isolamento, desesperança e desamparo, que potenciam o aumento do risco de comportamento violento (Botelho & Gonçalves, 2016). A exposição à violência na comunidade pode também contribuir para comportamentos desviantes e violentos, especialmente quando não há um ambiente seguro e protetor para a pessoa.

As pessoas que vivenciam experiências adversas podem ter diferentes formas de reação e diferente sintomatologia, podendo ter sintomas de internalização ou de externalização. A internalização caracteriza-se por uma tendência a direcionar a dor e a angústia para si mesmo, o que pode culminar em sintomas como ansiedade, isolamento social, falta de predisposição para frequentar a escola, dificuldade de confiar nos

outros, baixa autoestima. Por outro lado, a reação de externalização manifesta-se por meio de comportamentos agressivos, impulsivos, desafiadores e desviantes, podendo levar a pessoa a ter relacionamentos disfuncionais e mesmo ao cometimento de crimes (Dvir et al., 2014). Estudos mostram que a forma como uma pessoa reage ao trauma pode estar relacionada com diversos fatores, como a gravidade do trauma, a idade em que ocorreu, o tipo de suporte que recebeu após o evento, bem como a presença de outras adversidades na vida (Mulder et al., 2018). Além disso, é importante salientar que estas reações não são excludentes, ou seja, uma pessoa pode apresentar tanto sintomas de internalização como de externalização (Dvir et al., 2014). Por exemplo, crianças que testemunham ou são vítimas de violência ou intimidação na escola têm maior probabilidade de faltar às aulas e apresentar um desempenho inferior, o que pode resultar em baixa autoestima, falta de competências sociais e dificuldades em lidar com as exigências no âmbito escolar e profissional (Currie & Widom, 2010). Estudos mostram que crianças que crescem em ambientes de risco, como em comunidades com altas taxas de violência e pobreza, têm maior probabilidade de se envolver com pares desviantes e de darem início a consumo de álcool e estupefacientes, o que potencia aumento do risco de comportamentos violentos (Walsh & Kosson, 2007).

Existe um conjunto crescente de estudos que identificam a presença de experiências adversas na infância e adolescência como um preditor de comportamento antissocial e criminoso ao longo da vida (Fox et al., 2015). A teoria do "ciclo de violência" sugere que história de abuso na infância predispõe os indivíduos à violência, tornando-os mais propensos a desenvolver comportamentos criminosos violentos e, também, a serem condenados mais tarde por um crime violento (Widom e Maxfield, 2001; Widom, 2017). Um estudo norte-americano investigou a presença de experiências adversas na infância numa amostra de 64.000 jovens encaminhados ao Departamento de Justiça Juvenil da Flórida, que utilizando uma avaliação de risco de reincidência, demonstrou que os jovens delinquentes tinham uma probabilidade 13 vezes maior de terem experiências adversas na infância, além de mais de quatro vezes mais probabilidade de terem tido quatro ou mais experiências adversas na infância, em comparação com os adultos da amostra original do estudo que utilizou a escala ACE (Adverse Childhood Experiences, Felitti et al., 1998; Baglivio et al., 2014).

Relativamente à criminalidade em Portugal, em 2022 verificou-se um aumento de 14.1% na criminalidade em geral e de 14.4% na criminalidade violenta, face ao ano de 2021 (RASI, 2022). Este tipo de criminalidade caracteriza-se pela violência física ou psicológica associada, causadora de forte sentimento de insegurança nas suas vítimas (Ternes et al., 2020), que é muito superior comparativamente aos restantes tipos de crime (Rader et al., 2007). Existem diversos tipos de crimes que se incluem na categoria de criminalidade violenta, sendo estes, de acordo com o artigo 2º da Lei 104/09, de 14 de setembro, crimes de terrorismo, homicídio, ofensas corporais graves, violação, abuso sexual de menores, violência doméstica ou roubo que cause lesões físicas graves. De acordo com a literatura, de todos os crimes, o homicídio é o

mais grave, sendo até descrito por alguns autores como “crime contra a humanidade” (Botelho & Gonçalves, 2016). Relativamente ao crime de homicídio, em Portugal, em 2022 verificou-se um aumento de 14.1% face ao ano de 2021 (RASI, 2022).

Atendendo à demonstrada relação entre exposição a situações adversas e comportamentos criminais violentos subsequentes, nomeadamente o cometimento do crime de homicídio (Malvaso, Delfabbro & Day, 2018), o aumento da criminalidade em Portugal e ainda ao facto de, tendo em conta o nosso melhor conhecimento, não existirem estudos que procurem compreender a relação entre estes dois fatores tanto a nível nacional como internacional, torna-se importante compreender como é que experiências adversas na infância e adolescência afetaram o percurso de vida das pessoas que cometeram homicídio. É ainda necessário explorar os seus percursos e as condições que as possam ter tornado predispostas a cometer este crime.

Grande parte dos estudos realizados até à data procuram, através de métodos quantitativos, recolher informação acerca da eventual presença de experiências adversas na infância, como por exemplo utilizando a escala ACE (Adverse Childhood Experiences, versão portuguesa de Silva e Maia, 2008). Adicionalmente, não foram encontrados estudos qualitativos que se focassem em explorar o impacto da experiência de situações adversas e/ou traumáticas no percurso de vida de pessoas que cometeram o crime de homicídio, sendo que as vozes destas pessoas são de uma extrema importância no que toca a providenciar contexto para as evidências quantitativas já existentes. Desta forma, este estudo será dos primeiros a aplicar uma metodologia qualitativa com este grupo em Portugal.

De forma a preencher estas lacunas, pretende-se responder à seguinte questão de investigação: “De que forma é que os homens condenados pelo crime de homicídio percecionam e integram o impacto de experiências potencialmente traumáticas nos seus percursos de vida e nos seus comportamentos violentos?”. Tendo como objetivo explorar e compreender, através de uma metodologia qualitativa indutiva, de que forma estes participantes integram o impacto das adversidades presentes na sua história de vida e na perpetração do crime pelo qual estão condenadas.

Método

Design do Estudo e População

Esta investigação assenta numa metodologia qualitativa, que é a mais indicada em situações em que se pretende explorar e compreender determinados aspetos, sendo que este tipo de metodologia tem por objetivo compreender como uma comunidade, ou indivíduos dentro dela, compreende uma determinada questão. Da população selecionada para este estudo fazem parte indivíduos do sexo masculino condenados pelo crime de homicídio, a cumprir pena de prisão efetiva, numa prisão de alta segurança no norte de

Portugal.

Recrutamento de Participantes e Recolha de Dados

A comissão de ética da Universidade do Minho e a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) aprovaram este estudo, e todos os procedimentos realizados seguiram as normas éticas da APA e da declaração de Helsínquia.

A seleção dos participantes foi realizada tendo em conta os seguintes critérios de inclusão: i) estar condenado por um ou mais crimes de homicídio(s) e ii) a cumprir pena efetiva pelo(s) mesmo(s). Como critérios de exclusão foram definidos: i) falta de competências mínimas para compreender as questões, ii) saber ler e escrever, de modo que todos os participantes fossem capazes de compreender as questões colocadas e iii) capacidade de relatar os seus percursos de vida de forma clara. Foi utilizada a técnica de *snowball*, desenvolvida por Coleman (1958–1959) e Goodman (1961), com vista a obter acesso a um maior número de participantes interessados. O recrutamento dos participantes decorreu até não surgirem novos temas ao longo das entrevistas, isto é, até existir saturação teórica.

A recolha de dados iniciou-se com a apresentação do estudo e das condições de participação (i.e., carácter não obrigatório e anónimo/confidencial, ausência de recompensas pela participação e possíveis danos), bem como do consentimento informado. Antes da aplicação do guião da entrevista, os participantes preencheram um breve questionário sociodemográfico.

A participação foi de carácter voluntário, tendo os participantes sido informados de que poderiam abandonar o estudo a qualquer momento, se assim entendessem. Foram ainda informados de que não necessitavam de responder a questões com as quais não se sentissem confortáveis. No final das entrevistas foi feita a estabilização dos participantes que se encontravam emocionalmente ativos sempre que se revelou necessário. Além disso, nos casos em que os participantes apresentaram algum tipo de mal-estar, foram sinalizados aos serviços clínicos do estabelecimento prisional, não tendo sido excluídos do estudo. As entrevistas, que duraram de 25 a 150 minutos e foram conduzidas pela investigadora, foram realizadas num gabinete situado no corpo central do estabelecimento prisional. Todos os dados foram anonimizados para assegurar a confidencialidade e anonimato dos participantes.

Descrição dos Participantes

A amostra é constituída por 15 participantes do sexo masculino, condenados pelo crime de homicídio, e com uma média de idades de 45.6 anos ($DP = 13.2$). Quase metade da amostra ($n = 6$; 40%) possuía o 4º ano de escolaridade, era solteiro ($n = 6$; 46.2%) e tinha filhos ($n = 9$; 69.2%). A maioria encontrava-se em situação de reclusão pela primeira vez ($n = 12$; 92.3%), sendo que os participantes estavam reclusos em média há 5.54 anos ($DP = 3.2$). Relativamente ao seu contexto de origem, três cresceram em lares de infância e juventude, quatro relatam ter crescido em bairros sociais e oito em meio rural. Destes

participantes, 10 (76.9%) já usufruíram de acompanhamento psicológico. Todos (N = 15) consideraram importante a existência de avaliações psicológicas periódicas.

Tabela 1*Descrição das Características Sociodemográficas e Jurídico-Penais dos Participantes*

Variáveis	N	%
Condenados por Homicídio	15	100
Habilitações Literárias		
Ensino Primário (1º - 4º ano)	6	40.0
Ensino Básico (5º - 9º ano)	5	33.3
Ensino Secundário (10º - 12º ano)	2	13.4
Ensino Superior	2	13.4
Estado Civil		
Casado	2	13.3
União de Facto	1	6.7
Divorciado	2	13.3
Viúvo	3	20.0
Solteiro	7	46.7
Filhos		
Nenhum	4	26.7
Um ou mais	11	73.3
Número de Condenações		
Uma (Primário)	13	86.6
Mais do que uma (Reincidente)	2	13.4

Nota. N = 15.

Guião da Entrevista Qualitativa

O guião da entrevista foi desenvolvido com base na literatura existente, no quadro teórico do estudo, e no conhecimento adquirido acerca de interação com populações de risco, nomeadamente com ofensores. Dado tratar-se de um guião semiestruturado, sempre que necessário foram incluídas questões adicionais suscitadas pelas respostas dos participantes.

Tabela 2

Guião Semiestruturado

1. Como era para si um dia normal enquanto criança?
2. Quais foram as experiências mais significativas para si / aquelas de que não se esqueceu na infância e juventude?
3. De forma geral, sentia-se seguro / protegido? Onde considerava ser o seu local seguro?
4. Alguém notava quando estava doente ou triste? Quem lhe dava colo?
5. Tendo em conta tudo aquilo de que fomos falando, considera que a sua história de vida pode ter contribuído para aquilo que o trouxe até aqui?

Análise Qualitativa: Análise Temática

Com recurso a entrevistas semiestruturadas procurou-se explorar e compreender aprofundadamente a história de vida de cada participante e a integração que estes faziam da mesma relativamente ao envolvimento no comportamento criminal. Posteriormente, foi conduzida uma análise temática indutiva que seguiu as orientações propostas por Braun e Clarke (2006). A análise temática é um método de análise qualitativa usualmente utilizado para “identificar, analisar e reportar padrões de dados” (Braun e Clark, 2006, p.79). De acordo com a terminologia destes autores, foi adotado um paradigma essencialista, tendo sido do nosso interesse reportar experiências, significados e perceções do participante acerca da sua realidade, juntamente de alguma interpretação por parte do investigador principal (Braun e Clark, 2006).

As entrevistas realizadas foram transcritas, anonimizando-se quaisquer dados que permitissem a identificação dos participantes, tais como nomes. Foi atribuído um código a cada participante para preservar o anonimato e a confidencialidade. Usou-se o *software* qualitativo QSR NVivo versão 10 para a gestão, codificação e análise dos dados. Procedeu-se a “um processo de codificação dos dados sem tentar ajustá-los a um quadro de codificação pré-existente ou aos pré-conceitos do investigador” (Braun & Clarke, 2006, p. 83), seguindo a estrutura de seis etapas destes autores. As informações das entrevistas foram reduzidas

a pequenos pedaços de significado (códigos) que foram organizados, posteriormente, em temas mais amplos de significado que são de potencial interesse para responder à questão de investigação e ao objetivo previamente estabelecido (Maguire & Delahunt, 2017).

De modo a assegurar a validade, implementaram-se estratégias, nomeadamente a codificação das entrevistas por duas investigadoras e realização de múltiplas apresentações e questionamentos à equipa de investigação, de forma a chegar a um consenso sobre os códigos, os subtemas e os temas.

Rigor Qualitativo

Aspetos como validade e confiabilidade devem ser tidos em consideração por investigadores qualitativos durante a realização de um estudo, a análise dos resultados, e a avaliação da qualidade do estudo (Cypress, 2017). Assim, para melhorar a credibilidade e a coerência interna de cada entrevista, o protocolo de entrevista foi elaborado de modo a serem incluídas perguntas diretas e indiretas sobre a experiência dos participantes. Para além disso foram utilizadas várias estratégias como a replicação passo a passo no processo de codificação, onde outro investigador codificou 40% da transcrição e codificação da entrevista, bem como apresentações e questionamentos à equipa de investigação, de forma a chegar a um consenso sobre os códigos, os subtemas e os temas (Morse, 2015).

Resultados

Da análise das 15 entrevistas emergiram dois temas centrais: 1) (Sobre)vivência em Ambiente Adverso e 2) Origem e Explicação do Comportamento Criminal. Quatro subtemas compuseram o primeiro tema: 1.1) Condições Socioeconómicas Adversas; 1.2) Qualidade do Apoio Familiar, que se subdivide em 1.2.1) Ausência de Rede de Apoio familiar e 1.2.2) Presença de Rede de Apoio Familiar; 1.3) Violência Intrafamiliar, que se subdivide, por sua vez, em: 1.3.1) Violência Intrafamiliar Observada e 1.3.2) Violência Intrafamiliar Experienciada; e 1.4) Negligência. Os aspetos relevantes de cada um destes temas e subtemas associados são descritos seguidamente e exemplificados através de excertos de entrevistas.

Tema 1. (Sobre)vivência em Ambiente Adverso

Este tema refere-se à forma como os participantes descreveram o ambiente em que viveram durante a sua infância, visando caracterizar e explorar as adversidades que relatam. Todos os participantes do estudo ($N = 15$) descreveram que ao longo dos seus percursos de vida viveram em ambientes adversos. Segundo os relatos dos participantes estes ambientes caracterizaram-se por condições socioeconómicas adversas, falta de apoio familiar, violência intrafamiliar e negligência.

1.1. Condições Socioeconómicas Adversas

Todos os participantes do estudo ($N = 15$) descreveram que cresceram em condições socioeconómicas adversas.

... *“Lembra-me quando o meu pai chegava do trabalho com a marmita às costas, nós íamos sempre a correr a ver quem é que a apanhava... porque ele deixava sempre a marmita meia comida e era uma fome medonha... então nós pegávamos uns com os outros para comer os restos...”* (P9)

Associada às necessidades económicas relatadas pelos participantes, surge a necessidade de abandono escolar precoce, dando início ao trabalho infantil e assim poderem contribuir para os rendimentos familiares. Os participantes relatam que como abandonaram o meio escolar numa fase precoce não lhes foi possível investir na sua formação profissional o que contribuiu para que todos os trabalhos que encontrassem, para além de mal remunerados, fossem fisicamente muito exigentes e com poucas condições de trabalho. O descontentamento com estas condições laborais precárias fez com que os participantes trocassem frequentemente de trabalho, em busca de melhores oportunidades, que não encontravam. Os participantes descrevem ainda, que o facto de terem trocado frequentemente de trabalho não os permitiu progredir nas carreiras, o que promovia a manutenção do baixo nível socioeconómico.

... *“Já não me recordo de coisas boas da infância... Essa altura foi sempre... foi sempre castigo a trabalhar.”* (P4)

... *“Depois sabe como é... andava sempre de pouso em pouso, não subia de posto, andava sempre a trocar... eu era a ver se havia uma coisita melhor mas nunca foi melhor... mas pronto com o 4a classe não... não sabia para mais...”* (P14)

1.2. Qualidade do Apoio Familiar

Este subtema retrata as características do apoio familiar com as quais os participantes viveram ao longo da infância e adolescência. Através dos relatos dos participantes foi possível perceber que, se por um lado uma minoria dos participantes não mencionou qualquer tipo de apoio familiar ($n = 3$), por outro lado, a maioria dos participantes ($n = 12$) descreveu a presença de algum apoio familiar. Na maioria dos casos, este apoio era apenas prestado por uma pessoa, que os participantes consideraram de confiança e na qual viam uma fonte de apoio, em alguns casos um avô ou a mãe.

... *“O único local onde sempre me senti seguro foi com o meu avô, enquanto foi vivo, sem sombra de dúvidas, podia contar com ele para tudo.”* (P5)

... *“Mas... a minha infância foi boa... Tudo bem que eu não tive uma infância que... podia ter sido melhor sim, mas não foi má, comparada à de outras pessoas... foi boa”* (P15)

... *“Sinceramente a maior parte da minha família só lhes digo “boa tarde”. Não sou muito apegado a eles. Crescemos todos juntos, mas não é gente com quem goste de estar. Mas dou-me bem com todos. Não tenho problema com nenhum.”* (P6)

1.2.1. Ausência de Rede de Apoio Familiar

Os participantes que relataram a ausência de uma rede de apoio familiar ($n = 3$) foram

institucionalizados durante a infância, referindo que cresceram em lares de infância e juventude. Apesar de não terem tido contacto com nenhum elemento da sua família até à idade adulta, estes participantes descreveram a sua infância como positiva.

... *“Agora é lar juvenil. Estive lá dos quatro aos dezasseis anos. Gostei mesmo muito do colégio. Gostei muito da minha infância e embora não nunca estivessem presentes os meus pais... que nunca estiveram... não tinham condições e teve de ser assim. Só conheci a minha mãe com quarenta e dois anos por exemplo...”* (P9)

1.2.2. Presença de Rede de Apoio Familiar

A maioria dos sujeitos ($n = 12$) relatou ter uma rede de apoio familiar.

... *“A minha mãe, a minha mãe era sempre caprichosa comigo, a minha mãe era aquela mulher que mesmo eu me portasse mal tirava as dores.”* (P14)

... *“O meu avô, o meu falecido avô era espetacular, eu ia lá vê-lo a casa, ia lá ter com ele, ele fazia o comer para mim, eu ajudava-o na vinha, foi a pessoa mais relevante na minha infância, foi o meu avô e o meu padrinho, apesar do meu padrinho andar na vida que andava.”* (P11)

1.3. Violência Intrafamiliar

Este subtema refere-se aos relatos de violência, quer observada quer experienciada, por parte dos participantes. A maioria dos participantes ($n = 12$) relatou ter vivido alguma forma de violência ao longo da infância, o que relataram ter provocado diversos tipos de reações e sentimentos, que serão descritos nos subtemas seguintes.

1.3.1. Violência Intrafamiliar Observada

Quatro participantes referem ter observado violência intrafamiliar, como por exemplo: violência física e emocional perpetrada pelo pai contra a mãe. Associados a esta exposição, se por um lado identificaram sentimentos de revolta para com o agressor e a necessidade de proteção da mãe, por outro referiram desculpabilização dos comportamentos agressivos por parte do pai, normalizando os mesmos.

... *“Na minha infância... as coisas menos boas... era a violência doméstica em casa... do meu pai. Era com a família toda... é normal, naquele tempo era assim.”* (P3)

... *“Pronto, depois o meu pai não sei, o meu pai também bebia muito. Pronto, depois eu nasci num ambiente de violência, a minha mãe batia no meu pai, o meu pai batia na minha mãe, cheguei a ver o meu pai a apontar uma pistola à minha mãe. Uma coisa de que de que me arrependo foi ter empurrado o meu pai porque o meu pai ia a bater à minha mãe.”* (P11)

... *“Escondia-me, outras vezes metia-me à frente da minha mãe para não deixar e ele vinha com aquela coisa e eu empurrava-o. Eu não queria que ele batesse nela mas eu era pequenito não tinha como fazer frente.”* (P4)

Os participantes descrevem ainda que, como ao longo da infância sentiam que tinham de proteger a mãe – *inversão de papéis* – e que acabaram por desenvolver uma necessidade de proteção do outro, como por exemplo, necessidade de cuidar de irmãos – *parentificação* – e até mesmo de companheiras que foram tendo ao longo das suas vidas.

... *“Eu criei os meus dois irmãos. Mudava a fralda, dava o biberão, fazia tudo o que uma mãe fazia... dava o banho. Criei os dois até aos cinco anos, foi essas as coisas boas que eu tive. Eles só queriam estar comigo, não queriam os pais... Os pais também só sabiam dar porrada... as crianças a gente a falar para elas, elas entendem, agora à porrada não se faz nada. Criei-os como se fossem meus filhos.”* (P4)

1.3.2. Violência Intrafamiliar Experienciada

Do total de participantes deste estudo, quatro referiram ter sido vítimas de violência por parte de elementos da família, tal como abuso físico e emocional.

... *“cheguei a levar porrada do meu pai quando me portava mal, chicoteadas, tenho marcas nas costas!”* (P11)

... *“eu cheguei a um ponto que até já estranhava se algum dia não levava um tabefe... Porque ele era por tudo e por nada. Bastava o vizinho chegar, independentemente de ser verdade ou não, se a vizinha fizesse queixa “ah o seu filho partiu-me uma planta” pronto, já era motivo para levar nos olhos.”* (P3)

Subtema 1.4. Negligência

Paralelamente, quatro participantes descreveram ter sido negligenciados ao longo da infância. Apesar de não relatarem estas experiências de negligência com consciência de que de negligência se tratava, descreveram falta de cuidado por parte dos pais ou cuidadores, não lhes sendo garantidas necessidades mínimas como higiene, alimentação e conforto.

... *“A parte boa de ter ido para a “tuturia” foi que ganhei a minha higiene... até lá não sabia o que era um gel de banho, uma pasta dos dentes... nesse sentido foi bom”* (P13)

Estes participantes descreveram dificuldade em confiar nos outros, em pedir e aceitar ajuda, preferindo resolver os seus problemas sozinhos, bem como a crença de que só podiam contar com eles próprios.

... *“Sabe que naquele tempo havia muita ignorância por haver muitos analfabetos e às vezes as pessoas mais velhas não escutam, dizem aquilo “Ai não quero saber, não quero saber.” e eu perguntava assim: “Oh vó mas eu quero desabafar consigo.” e ela “Desenrasca-te, desenrasca-te.”. E eu tinha de resolver as minhas coisas sozinho”* (P1)

... *“O primeiro abraço que o meu pai me deu foi na polícia judiciária, eu tinha dezoito anos. Nunca tinha recebido um abraço dele. Prendas sim, carros, um carro, dois carros que queria, dava-me, mota sim,*

um abraço não... não.” (P2)

Tema 2: Origem e Explicação do Comportamento Criminal

Este tema refere-se à forma como os participantes descreveram o surgimento dos comportamentos violentos e o escalar destes para o comportamento criminal. A maioria dos participantes ($n = 9$) relataram ter recorrido frequentemente à violência como forma de defesa pessoal e dos outros, mais especificamente, recurso à violência para proteção dos outros, estratégia que sempre fez parte da sua vida.

... “Ainda hoje eu me passo, mesmo na rua quando às vezes há algum tipo de agressão de um homem para uma mulher eu... era uma situação que... eu lá fora passava-me mesmo e intervinha sempre... várias vezes. Não foi uma, foram mesmo várias situações...” (P3)

Aquando do final da adolescência e início da idade adulta, alguns participantes ($n = 10$) referiram abandonar as famílias de origem e criar a sua própria família. É neste momento de mudança que descreveram a necessidade de procurar alternativas que lhes permitissem ter uma fonte de rendimento superior, podendo assim sustentar financeiramente todas as necessidades das suas novas famílias.

... “Depois surgiu uma oportunidade de ir trabalhar com meu padrinho... trabalhava em roubos, tráfico internacional, etc. Comecei a roubar carros para o meu padrinho, comecei a traficar droga, comecei a roubar pessoas...” (P2)

Quatro participantes cresceram em contexto de bairro social e oito em meio rural. Os participantes que cresceram em bairros sociais, descrevem ter tido contacto constante com violência e crime ao longo de toda a vida, o que parece ter contribuído para a normalização dos comportamentos criminais e consequente desvalorização do impacto dos crimes, tanto dos outros como do próprio.

... “Porque eu acho que de ter crescido num bairro social, eu acho que por exemplo... já é banal. Não é banal na minha vida as pessoas irem presas, mas é banal ver outras pessoas a serem presas lá na zona.” (P7)

Já os participantes que cresceram em meio rural descreveram que estes percursos criminais se desenvolveram em idade adulta e que quando surgiram, ao contrário do que acontece com os participantes que cresceram em bairros sociais, estavam associados a um sentimento de culpa e à necessidade de esconder este percurso criminal das suas famílias, pois não é algo que, segundo os mesmos, fosse normalizado nos ambientes em que cresceram.

... “Eu meti-me nisso porque é assim... uma pessoa precisava e não ia pedir ajuda aos meus pais, eles viam os carros, as roupas... viam que o dinheiro aparecia, mas eu nunca disse de onde vinha...” (P5)

Alguns dos participantes ($n = 4$), descreveram ainda a procura por adrenalina, que encontraram ao jogar videojogos violentos e na realização de pequenos furtos. O envolvimento neste tipo de atividades

facilitou a identificação com pares com os mesmos interesses, promovendo o escalar da gravidade dos comportamentos criminais e o início da carreira criminal.

... *“Foi uma saturação completa dentro de mim, comecei a jogar [videojogos]... estava 24 horas a jogar, comecei a ficar violento, comprei armas... e fiquei violento.”* (P11)

... *“Por exemplo, eu ia fazer um furto com dinheiro [no bolso]. Eu queria mais. Eu fui absorvido pela ganância. Eu sempre que fui detido eu tinha sempre dinheiro comigo. Eu não precisava de fazer o furto, mas eu queria... queria ter mais, queria a sensação de poder. Foi o que acabou por me destruir.”* (P7)

... *“O meu mal foi mesmo esse. Era sempre “roda-viva”. E era muito tolo, desafiava a lei da gravidade, mesmo. Era mesmo maluco. Tudo... era muito tolo. Fazia... só fazia asneira. Andar a experimentar o máximo de adrenalina.... Era sempre vida louca.”* (P11)

Os participantes vítimas de violência intrafamiliar ($n = 8$), relataram não se sentirem compreendidos pelos cuidadores, mas sentirem-se compreendidos junto dos pares (desviantes), pois partilhavam deste mesmo sentimento e ainda da necessidade de poder e controlo, que encontravam, juntos, na prática de atividades ilícitas.

... *“Comecei a fazer uns amiguinhos, amigos sempre da borgia... e foi o descalabro total, foi mesmo... comecei a acompanhar-me de pessoas... e acabei por vir aqui parar. Não havia como. Depois de estar lá metido no meio já não há como fugir, já não... parece que... Até se sente medo que possam a fazer mal à tua família, aos teus filhos, ou assim... Porque quando não apareces, já começam a dizer “então, não sei quê, não vens?” e tal, é tudo desse género, assim...”* (P10)

... *“Tudo o que fosse para me portar mal e para me divertir um bocadinho com os meus amigos, para sentir adrenalina, estava dentro.”* (P7)

Aliado a este convívio com pares desviantes, alguns participantes descreveram ter iniciado consumos de estupefacientes, o que, segundo os mesmos, potenciava a prática de comportamentos violentos. Paralelamente, estes participantes relataram um crescente sentimento de revolta para com os seus cuidadores. O medo de que os padrões de violência que sofreram se viessem a repetir gerou um comportamento defensivo e agressivo por parte destes participantes para com as pessoas com quem conviviam – desconhecidos, conhecidos e até membros da família.

... *“Foi um mar de descobrimento, foi ver o outro lado, foi a adrenalina, foi o começar a experimentar coisas novas, começar a fumar ganza, começar a fumar ácidos... aí eu dava razão aos meus amigos, se calhar a minha revolta estava aí, eu dizia “Não, os meus amigos é que têm razão, os meus pais não têm razão, porque é que eles me batiam se eu não fazia nada de errado, só porque eu chorava?”.* (P7)

... *“Tenho medo de me rebaixar, que as pessoas me dominem, como o meu pai me dominou, isso é o que eu tenho medo. Eu gosto de estar por cima, gosto de tomar decisões e eu estar por cima.”* (P7)

... *“Gera revolta, gera em vingar-me da sociedade, gera em vingar-me em nós, gera nós dizermos assim: “Não está nada bem conosco, quem tem culpa das coisas estarem-nos a acontecer é das outras pessoas.” Não é a família!”* (P8)

Por fim, quando questionados sobre o impacto destas experiências adversas nos seus percursos de vida e no cometimento dos crimes violentos, todos os participantes ($N = 15$) responderam que não existiu qualquer impacto e que passar por incidentes difíceis nada teve a ver com o seu percurso criminal e o cometimento do crime.

... *“Não posso dizer que o que me levou a fazer isso foi o que eu vivi no passado. Eu acho que são decisões que nós tomamos, não podemos dizer “A culpa foi daquilo, x, não!”, são decisões que nós tomamos, nós pomos na balança e sabemos que vamos fazer mal. O meu avô muitas vezes dizia “Plantas o mal, colhes o mal, se plantares o bem, colhes o bem.”. Cabe-me a mim avaliar as situações, dizer o que é que está correto e o que não está correto e aprender com isso, eu acho que isso é o mais importante neste momento, é aprender.”* (P12)

Discussão

Este estudo procurou explorar e compreender, através de uma metodologia qualitativa indutiva, de que forma homens condenados por crime de homicídio relatam a sua infância e adolescência e integram o impacto das possíveis adversidades e na explicação para a seu percurso criminal. Apesar de todos os participantes terem relatado experiências adversas na infância e adolescência, foram descritos diferentes tipos de experiências tais como abuso físico, abuso emocional, negligência e exposição a violência interparental. Para além disso, também foi possível identificar diferenças entre relatos de história de vida de participantes que residiram em bairros sociais, participantes que cresceram em lares de infância e juventude e ainda participantes que cresceram em meio rural. De forma geral, é possível constatar que a exposição a este tipo de experiências adversas impactou de forma negativa a infância dos participantes, tal como é descrito na literatura (Widom, 2017). Foi ainda possível observar algumas diferenças nos relatos dos participantes que sofreram abuso físico e/ou emocional *versus* participantes vítimas de negligência *versus* participantes que observaram violência. Contudo, este impacto, não era reconhecido pelos participantes, que apesar das adversidades, relataram não acreditar que estas tenham tido impacto nos seus percursos de vida e na prática dos crimes, minimizando as suas experiências de vitimação. Porém, associam estas experiências a sentimentos como raiva, medo, necessidade de controlo, de poder e pertença.

A associação entre experiências de maltrato na infância e comportamento violento posterior foi já estabelecida na literatura (Braga et al., 2017) e da mesma forma a exposição a experiências adversas na infância e adolescência em pessoas que cometeram o crime de homicídio é consistente com a investigação

quantitativa (Malvaso et al., 2018). Contudo, os resultados deste estudo aprofundam a investigação anterior, explorando as perceções dos participantes relativamente ao impacto que estas experiências adversas tiveram nos seus percursos de vida e na perpetração do crime de homicídio.

Embora estudos quantitativos e revisões sistemáticas já tenham concluído que pessoas que passam por experiências adversas na infância e adolescência se tornam mais predispostas a terem comportamentos violentos e à prática de crimes (Malvaso et al., 2018), não foram capazes de descrever em profundidade as especificidades desta relação associada à história de vida individual. Desta forma, este estudo foi o primeiro a aplicar, tanto quanto sabemos, uma metodologia qualitativa com esta população tanto a nível nacional como internacional.

À semelhança do que se verifica com outros estudos, as condições em que os participantes deste estudo relatam ter crescido foram, de forma geral, desfavoráveis, o que sugere que os participantes não tenham tido as mesmas oportunidades comparativamente a outras pessoas que tenham crescido em condições mais favoráveis (Mesquita & Martins, 2022). Relativamente às condições socioeconómicas, todos os participantes relataram ter crescido em condições socioeconómicas desfavoráveis, o que relatam ter gerado a necessidade de abandonar precocemente o meio escolar para se dedicarem ao trabalho e passarem a contribuir enquanto fonte de rendimento para ajudar com as despesas familiares (Botelho & Gonçalves, 2016).

No caso dos participantes que cresceram em meio rural, terem abandonado a escola precocemente levou, segundo os mesmos, a fracas oportunidades de trabalho, quer em termos de condições, quer em termos de remuneração. Tal situação potenciou nos participantes um sentimento de frustração (Saraiva et al., 2011; Walsh & Kosson, 2007) pois, por mais que trabalhassem não conseguiam fazer face às despesas. Estes fatores contribuíram para a procura por alternativas mais bem remuneradas, que foi encontrada no envolvimento em atividades ilícitas.

Por outro lado, os participantes que cresceram em bairros sociais relataram a exposição a comportamentos desviantes ao longo de toda a sua infância, por contacto direto com vizinhos e familiares, o que levou à normalização do comportamento criminal e respetivas consequências. Estes participantes que cresceram em bairros sociais relataram também abandono escolar precoce, contudo, as opções laborais que lhes foram apresentadas foram, desde sempre, ilícitas. Assim, apesar de os percursos relatados pelos participantes terem algumas diferenças, ambos culminaram no envolvimento em atividades ilícitas, comportamentos antissociais e, por vezes, violentos. De facto, a literatura tem demonstrado que abandono escolar precoce (Saraiva et al., 2011) bem como crescer em ambientes socioeconómicos desfavoráveis são fatores de risco para comportamentos antissociais e para a prática de comportamentos violentos (Walsh & Kosson, 2007).

Apesar de as condições socioeconómicas adversas terem sido um fator comum no relato de história de vida de todos os participantes, a qualidade do apoio familiar era diferente: se por um lado, alguns participantes relatam presença de apoio familiar, por outro alguns relatam ausência do mesmo. Ao contrário dos indivíduos que relatam a presença de apoio familiar, por muito escasso que fosse, os que relataram falta deste apoio, ao longo das suas vidas puderam apenas contar com eles próprios para qualquer situação com a qual se deparassem, pois não existia ninguém a quem pudessem recorrer. Como refere a teoria da vinculação (Sutton, 2019), à medida que as crianças desenvolvem ligações aos seus cuidadores, desenvolvem modelos internos de relações que influenciam as suas crenças sobre si próprios, os outros e o mundo (Ansbro, 2008). Estes modelos referem que as relações e comportamentos futuros, incluindo a sua capacidade de formar e manter relações íntimas, podem ser comprometidos por estes problemas (Ansbro, 2008; Sutton, 2019). No caso dos participantes deste estudo, não existiu um estilo de vinculação seguro, pelo que sentiam que apenas poderiam confiar em si próprios para a resolução de problemas, existindo dificuldade em confiar nos outros e em pedir e aceitar ajuda, quando necessário. A literatura tem vindo a demonstrar ainda que indivíduos que não têm uma rede de apoio familiar têm mais probabilidade de se isolarem socialmente, o que pode aumentar o risco de se envolverem em comportamentos violentos ou criminais (Malvaso et al., 2022). Quando se vivenciaram momentos de vida mais desafiantes, como existia esta dificuldade em pedir ajuda e a preferência por resolver problemas sozinhos - o que não conseguiam - os participantes mantiveram-se em percursos desviantes, o que poderá ter promovido a perpetração dos comportamentos e crimes violentos.

Além disso, o contacto com violência intrafamiliar, quer experienciada quer observada, bem como com negligência, também foi um fator comum nos seus relatos de vida. Os participantes que descreveram escasso apoio familiar são os mesmos que foram vítimas de negligência. O facto de não verem as suas necessidades básicas satisfeitas, parece ter levado a sentimentos de baixa autoestima e de autculpabilização pelo que lhes aconteceu. Por outro lado, levou a que sentissem que apenas podiam confiar em si próprios, tal como descrito na literatura como “self-reliance” (Picci et al., 2023).

Adicionalmente, os participantes que relataram ter sido vítimas de abuso quer físico quer emocional, descrevem ter vivido num ambiente tenso, imprevisível e injusto, onde não se sentiam compreendidos, o que relatam ter provocado neles sentimentos de raiva e revolta, não só para com os cuidadores, como para com o próprio, o outro e a sociedade em geral. Alguns estudos sugerem ainda que abuso e a negligência estão associados a correlatos de delinquência, externalização de problemas e relações com pares desviantes (Mersky et al., 2012). De facto, a literatura indica que pessoas que sofreram negligência, abuso ou outras experiências traumáticas na infância têm mais probabilidade de ter dificuldades na regulação da raiva enquanto adultas, pois estas experiências adversas podem levar a alterações na estrutura e funcionamento

do cérebro, bem como dificuldades na regulação das emoções, nomeadamente da raiva (Novaco, 2011). Estes sentimentos viabilizaram o envolvimento com pares desviantes, relações nas quais se sentiam compreendidos e integrados. Contudo, de acordo com a literatura, o envolvimento com estes pares pode reforçar a desregulação da raiva e outros comportamentos problemáticos, o que, por sua vez, pode aumentar o risco de resultados negativos, como o abuso de substâncias, delinquência e comportamento criminal (Agnew, 2013). Assim sendo, as relações com os pares desviantes que os participantes relatam, facilitaram o envolvimento em comportamentos desviantes, que lhes proporcionavam elevados níveis de adrenalina, sensação de poder e controlo, que os participantes relatam como algo positivo para os mesmos.

Paralelamente, outros participantes descreveram que da observação de comportamento violento, nomeadamente violência doméstica do pai contra a mãe, surgiu a necessidade de cuidar de elementos da família como mãe e irmãos, que mais tarde parece ser generalizada para a necessidade de cuidar de outras pessoas, como companheiras e outras pessoas que estivessem em potencial risco, aos olhos do participante, o que pode ser explicado pela reativação e reexperiência como sintomas de stress pós-traumático (SSPT) (American Psychiatric Association, 2013). Estes participantes descrevem que sentem dever de proteger os outros, mesmo que para isso tivessem de recorrer à violência. O facto de terem crescido num ambiente em que a violência era uma resposta comum aos conflitos pode ter feito com que aprendessem que essa era a única maneira eficaz de o fazer, o que parece ter resultado em dificuldades em lidar com situações de forma não violenta (Akers & Jennings, 2015). Assim, estes indivíduos recorreram aos padrões de comportamento violento, permitindo que estes fizessem parte da sua identidade e da sua postura perante a sociedade, assumindo-os como estratégia para assegurar um valor maior de proteção de outros. Como o recurso à violência, para estes participantes, foi adaptativo numa fase das suas vidas permitindo que estes tivessem a capacidade de se protegerem a si próprios e aos outros, existe uma minimização e desculpabilização dos impactos dos seus comportamentos violentos, acreditando que os fins justificam os meios. Isto é, que o recurso à violência para proteger o outro e/ou para se sentir integrado e/ou até mesmo para obterem independência emocional, é viável. Sabe-se que as experiências adversas provocam elevado sofrimento nas pessoas que as vivenciam (Nelson et al., 2017) e que uma forma de evitar este sofrimento e lidar com estas emoções, pode incluir o recurso a estratégias que, apesar de não serem adequadas, foram adaptativas para estes participantes numa fase das suas vidas, oferecendo-lhes controlo e melhoria na autoestima (Bernburg et al., 2006).

Os resultados deste estudo levantam implicações para a prática. Pôde-se perceber, através da análise de dados, que os homens que cometeram o crime de homicídio, foram expostos a diferentes experiências adversas e potencialmente traumáticas (polivitimação) de cariz cumulativo na sua infância e adolescência.

Numa lógica preventiva, seria importante promover competências de parentalidade junto de pais/mães, bem como sensibilizar profissionais que interagem com crianças e jovens, quer da comunidade, que sinalizados (ex. escolas e CPCJs) a identificar possíveis histórias de vitimação, tendo um papel ativo na interrupção do percurso da vitimação à agressão, dado que, são, muitas vezes, estes profissionais, que têm uma relação próxima com estes casos e que podem identificar e sinalizá-los. Esta atenção cuidadosa deve ser para com todos os alunos do ambiente escolar e não só aqueles que se encontrem sinalizados por comissões de proteção de crianças e jovens, dando apoio a todos os que estão a ter cuidados inadequados e intervindo com as suas famílias. Para além disso, é relevante sensibilizar os profissionais dos cuidados de saúde primários, uma vez que são a porta de entrada para o sistema nacional de saúde e em alguns casos para o sistema de justiça.

Já numa perspetiva remediativa este estudo permite a profissionais da área da psicologia e outros profissionais como técnicos superiores de reeducação, desenvolver uma compreensão mais aprofundada destas problemáticas e dos seus diferentes níveis de impacto, desenvolvendo estratégias, informadas pelo trauma, diretamente alinhadas e orientadas para esta população. Especificamente para os técnicos superiores de reeducação, como são os profissionais com contacto mais direto e próximo com a população reclusa, seria importante facultar formação sobre práticas informadas pelo trauma, para que pudessem tornar a sua prática profissional mais consciente e adequada aos riscos e necessidades da população, promovendo a identificação situações de risco, encaminhando para os serviços clínicos sempre que necessário, promovendo o bem-estar desta população.

A nível clínico seria importante proporcionar uma maior facilidade no acesso ao apoio psicológico em meio prisional, sendo disponibilizadas consultas de rotina por forma a avaliar o bem-estar desta população e facultar um acompanhamento que promova o autoconhecimento e os mecanismos que conduziram cada um ao comportamento violento e ao cometimento do crime de homicídio. Seria também importante desenvolver um programa de intervenção informado pelo trauma, que permitisse psicoeducar esta população acerca das possíveis consequências da exposição a situações traumáticas ao longo dos percursos de vida e de que forma estas experiências podem ter impactado as suas ações, explorando estilos de comportamentos alternativos e adequados para que, após a reclusão, se tornem capazes de lidar com possíveis adversidades, frustrações e *stressores* de forma adequada.

Por fim, estando identificados alguns dos fatores de risco que predisõem o comportamento violento, é essencial promover diferentes níveis de intervenção procurando interromper o ciclo da violência, antes da vítima se tornar agressora e/ou diminuir as taxas de reincidência, independentemente dos crimes perpetrados.

Apesar dos contributos, este estudo apresenta algumas limitações. O recurso a uma única instituição

para recolha de dados localizada no Norte de Portugal poderá ter sido redutor. Logo, seria importante a realização de entrevistas com indivíduos a cumprir pena em estabelecimentos prisionais situados em diferentes zonas geográficas. O facto de o grupo de participantes ser relativamente heterogéneo em tipologia de crime (homicídio simples, qualificado, entre outros) pode ter dificultado o conhecimento aprofundado dos diferentes percursos associados a diferentes homicídios e nas suas idiossincrasias. No entanto, no que concerne à questão de investigação, eles mostravam-se homogéneos.

Dada a escassez de estudos qualitativos que visem explorar e compreender o impacto de experiências adversas e traumáticas no percurso de vida de pessoas condenadas por crimes violentos, seria também pertinente que investigações futuras estudassem i) esta relação com outros tipos de crimes violentos e não só com crime de homicídio ii) grupos contrastantes, para que sejam comparadas histórias de vida de pessoas que tenham cometido diferentes tipos de homicídio (ex: simples, qualificado, privilegiado, entre outros) (Folino & Apezteguía, 2000) procurando diferenças nas experiências de vitimação; iii) longitudinalmente, fatores de risco e protetores em crianças (não) sinalizadas e de que forma estes medeiam o percurso das suas vidas; iv) seria ainda importante um estudo longitudinal com jovens condenados por crimes violentos que após o cumprimento de pena, tenham interrompido o percurso criminal, podendo perceber, longitudinalmente as causas-efeito da interrupção do percurso da vitimação à agressão, bem como v) replicar os estudos e as sugestões à população feminina.

Conclusão

O presente estudo contribuiu para um conhecimento mais aprofundado do impacto de experiências adversas e potencialmente traumáticas na vida de homens que cometeram o crime de homicídio. Assim, este estudo possibilitou a exploração de quais as adversidades presentes nas histórias de vida destas pessoas e de que forma estas (não) integraram estes impactos nos seus percursos de vida e no cometimento do crime de homicídio, apresentando um contributo crucial para o desenvolvimento de intervenções mais adequadas a esta população específica, bem como com crianças em risco e com profissionais que lidam com estas populações, com vista à diminuição da criminalidade.

Referências

- Agnew, Robert (2013). When Criminal Coping is Likely: An Extension of General Strain Theory. *Deviant Behavior*, 34(8), 653–670. <https://doi.org/10.1080/01639625.2013.766529>
- Akers, R. L., & Jennings, W. G. (2015). Social learning theory. *The Handbook of Criminological Theory*, 230-240. <https://doi.org/10.1002/9781118512449.ch12>
- Almeida, T. C., Gonçalves, R. A., & Sani, A. I. (2022). Children exposed to interparental violence: A study of Portuguese children of 7–9 years. *Suma Psicológica*.

<https://doi.org/10.14349/sumapsi.2022.v29.n1.7>

American Psychiatric Association (2013). *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais* (5ª Ed. Revista). Climepsi Editores. <https://doi.org/10.1176/appi.books.9780890425596>

Ansbro, M. (2008). Using attachment theory with offenders. *Probation Journal*, 55(3), 231-244. <https://doi.org/10.1177/0264550508092812>

Baglivio, M. T., Epps, N., Swartz, K., Huq, M. S., Sheer, A., & Hardt, N. S. (2014). The prevalence of adverse childhood experiences (ACE) in the lives of juvenile offenders. *Journal of Juvenile Justice*, 3(2).

Basto-Pereira, M., Miranda, A., Ribeiro, S., & Maia, Â. (2016). Growing up with adversity: From juvenile justice involvement to criminal persistence and psychosocial problems in young adulthood. *Child Abuse & Neglect*, 62, 63-75. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.10.011>

Bernburg, J. G., Krohn, M. D., & Rivera, C. J. (2006). Official labeling, criminal embeddedness, and subsequent delinquency: A longitudinal test of labeling theory. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 43(1), 67-88. <https://doi.org/10.1177/0022427805280068>

Botelho, M., & Gonçalves, R. A. (2016). Why do people kill? A critical review of the literature on factors associated with homicide. *Aggression and Violent Behavior*, 26, 9-15. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2015.11.001>

Braga, T., Cunha, O., & Maia, A. (2018). The enduring effect of maltreatment on antisocial behavior: A meta-analysis of longitudinal studies. *Aggression and Violent Behavior*, 40, 91-100. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.04.003>

Braga, T., Goncalves, L. C., Basto-Pereira, M., & Maia, A. (2017). Unraveling the link between maltreatment and juvenile antisocial behavior: A meta-analysis of prospective longitudinal studies. *Aggression and Violent Behavior*, 33, 37-50. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.01.006>

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Applied Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1057/978-1-137-35913-1>

Currie, J., & Spatz Widom, C. (2010). Long-term consequences of child abuse and neglect on adult economic well-being. *Child maltreatment*, 15(2), 111-120. <https://doi.org/10.1177/1077559509355316>

Cypress, B. S. (2017). Rigor or reliability and validity in qualitative research: Perspectives, strategies, reconceptualization, and recommendations. *Dimensions of Critical Care Nursing*, 36(4), 253-263. <https://doi.org/10.1097/dcc.0000000000000253>

De Bellis, M. D., & Zisk, A. (2014). The biological effects of childhood trauma. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics*, 23(2), 185-222. <https://doi.org/10.1016/j.chc.2014.01.002>

Dvir, Y., Ford, J. D., Hill, M., & Frazier, J. A. (2014). Childhood maltreatment, emotional dysregulation, and psychiatric comorbidities. *Harvard Review of Psychiatry*, 22(3), 149.

<https://doi.org/10.1097/HRP.000000000000014>

Estatísticas da Justiça. (2023). Crimes registados pelas autoridades policiais. Disponível em https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt/Paginas/Crimes_registados_autoridades_policiais.aspx

Felitti, V. J., Anda, R. F., Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, A. M., Edwards, V., & Marks, J. S. (1998). The relationship of adult health status to childhood abuse & household dysfunction. *American Journal of Preventive Medicine, 14*, 245–258

Folino, J. O., & Apezteguía, M. A. R. Í. A. (2000). Los homicidas. *Revista Mexicana de Prevención y Readaptación Social, 7*, 17-48.

Fox, B. H., Perez, N., Cass, E., Baglivio, M. T., & Epps, N. (2015). Trauma changes everything: Examining the relationship between adverse childhood experiences and serious, violent and chronic juvenile offenders. *Child Abuse & Neglect, 46*, 163-173. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.01.011>

Goddard, T., & Pooley, J. A. (2019). The impact of childhood abuse on adult male prisoners: a systematic review. *Journal of Police and Criminal Psychology, 34*(2), 215-230. <https://doi.org/10.1007/s11896-018-9260-6>

Kavanaugh, B. C., Dupont-Frechette, J. A., Jerskey, B. A., & Holler, K. A. (2017). Neurocognitive deficits in children and adolescents following maltreatment: Neurodevelopmental consequences and neuropsychological implications of traumatic stress. *Applied Neuropsychology: Child, 6*(1), 64–78. <https://doi.org/10.1080/21622965.2015.1079712>

Keiley, M. K., Howe, T. R., Dodge, K. A., Bates, J. E., & Pettit, G. S. (2001). The timing of child physical maltreatment: A cross-domain growth analysis of impact on adolescent externalizing and internalizing problems. *Development and Psychopathology, 13*(4), 891-912. <https://doi.org/10.1017/S0954579401004084>

Kim, H., Wildeman, C., Jonson-Reid, M., & Drake, B. (2017). Lifetime prevalence of investigating child maltreatment among US children. *American Journal of Public Health, 107*(2), 274-280. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2016.303545>

MaGuire, M., & Delahunt, B. (2017). Doing a thematic analysis: A practical, step-by-step guide for learning and teaching scholars. *The All Ireland Journal of Teaching and Learning in Higher Education, 8*(3), 3351–33514. <https://doi.org/10.1109/TIA.2014.230697>

Malvaso, C. G., Cale, J., Whitten, T., Day, A., Singh, S., Hackett, L., ... & Ross, S. (2022). Associations between adverse childhood experiences and trauma among young people who offend: A systematic literature review. *Trauma, Violence, & Abuse, 23*(5), 1677-1694. <https://doi.org/10.1177/15248380211013132>

- Malvaso, C. G., Delfabbro, P., & Day, A. (2018). The maltreatment-offending association: A systematic review of the methodological features of prospective and longitudinal studies. *Trauma Violence Abuse, 19*(1), 20–34. <https://doi.org/10.1177/1524838015620820>
- Mersky, J. P., Topitzes, J., & Reynolds, A. J. (2012). Unsafe at any age: Linking childhood and adolescent maltreatment to delinquency and crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency, 49*(2), 295-318. <https://doi.org/10.1177/0022427811415284>
- Mesquita, S., & Martins, P. C. (2022). Social information-processing in children with adverse experiences. *Trauma Care, 2*(2), 162-173. <https://doi.org/10.3390/traumacare2020013>
- Morse, J. M. (2015). Critical analysis of strategies for determining rigor in qualitative inquiry. *Qualitative Health Research, 25*(9), 1212-1222. <https://doi.org/10.1177/1049732315588501>
- Mulder, T. M., Kuiper, K. C., van der Put, C. E., Stams, G. J. J., & Assink, M. (2018). Risk factors for child neglect: A meta-analytic review. *Child Abuse & Neglect, 77*, 198-210. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.01.006>
- Nelson, J., Klumppendt, A., Doebler, P., & Ehring, T. (2017). Childhood maltreatment and characteristics of adult depression: meta-analysis. *The British Journal of Psychiatry, 210*(2), 96-104. <https://doi.org/10.1192/bjp.bp.115.180752>
- Newbury, J B, Arseneault, L, Moffitt, T E, Caspi, A, Danese, A, Baldwin, J R, & Fisher, H L. (2018). Measuring childhood maltreatment to predict early-adult psychopathology: Comparison of pro-spective informant-reports and retrospective self-reports. *Journal of Psychiatric Research, 96*, 57–64. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2017.09.020>
- Nowell, B., & Albrecht, K. (2019). A reviewer’s guide to qualitative rigor. *Journal of Public Administration Research and Theory, 29*(2), 348-363. <https://doi.org/10.1093/jopart/muy052>
- Picci, G., Linden-Carmichael, A. N., & Rose, E. J. (2023). Resilience profiles predict polysubstance use in adolescents with a history of childhood maltreatment. *Addiction Research & Theory, 31*(2), 137-147. <https://doi.org/10.1080/16066359.2022.2132237>
- Portugal. (2009). Decreto-Lei n° 104/2009, Regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica. Diário da República n° 178/2009, Série I de 2009-09-14.
- Rader, N. E., May, D. C., & Goodrum, S. (2007). An empirical assessment of the “threat of victimization:” Considering fear of crime, perceived risk, avoidance, and defensive behaviors. *Sociological Spectrum, 27*(5), 475-505. <https://doi.org/10.1080/02732170701434591>
- Relatório Anual de Segurança Interna. (2022) acesso em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2022->

- Saraiva, A., Pereira, B. O., & Zamith-Cruz, J. (2011). School dropout, problem behaviour and poor academic achievement: a longitudinal view of Portuguese male offenders. *Emotional and Behavioural Difficulties, 16*(4), 419-436. <https://doi.org/10.1080/13632752.2011.616351>
- Silva, S., & Maia, A. (2008). Versão portuguesa do Family ACE Questionnaire. In A. Noronha, C. Machado, L. Almeida et al. (Eds.), *Actas da XIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Braga: *Psiquilíbrios*.
- Speer, K. E., Semple, S., Naumovski, N., D'Cunha, N. M., & McKune, A. J. (2019). HPA axis function and diurnal cortisol in post-traumatic stress disorder: A systematic review. *Neurobiology of Stress, 11*, 100180. <https://doi.org/10.1016/j.ynstr.2019.100180>
- Sutton, T. E. (2019). Review of attachment theory: Familial predictors, continuity and change, and intrapersonal and relational outcomes. *Marriage & Family Review, 55*(1), 1-22. <https://doi.org/10.1080/01494929.2018.1458001>
- Teicher, M. H., & Samson, J. A. (2016). Annual research review: enduring neurobiological effects of childhood abuse and neglect. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 57*(3), 241-266. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12507>
- Ternes, M., Cooper, B. S., & Griesel, D. (2020). The perpetration of violence and the experience of trauma: exploring predictors of PTSD symptoms in male violent offenders. *International Journal of Forensic Mental Health, 19*(1), 68-83. <https://doi.org/10.1080/14999013.2019.1643428>
- Tomasella, S. (2016). Trauma, Grief and Integrity Principle: A Short Commentary. *Trauma and Acute Care, 1*, 28. <https://doi.org/10.21767/2476-2105.100028>
- Turner W., Broad, J., Drinkwater, J., Stanley, N., Szlassy, E., & Feder, G. (2017). Interventions to improve the response of professionals to children exposed to domestic violence and abuse: A systematic review. *Child Abuse Review, 26*, 19–39. <https://doi.org/10.1002/car.2385>
- Walsh, Z., & Kosson, D. S. (2007). Psychopathy and violent crime: A prospective study of the influence of socioeconomic status and ethnicity. *Law and Human Behavior, 31*, 209-229. <https://doi.org/10.1007/s10979-006-9057-5>
- Widom, C. S. (1989). The cycle of violence. *Science, 244*(4901), 160–166. <https://doi.org/10.1126/science.2704995>
- Widom, C. S. (2017). Long-term impact of childhood abuse and neglect on crime and violence. *Clinical Psychology: Science and Practice, 24*(2), 186–202. <https://doi.org/10.1037/h0101743>
- World Health Organization (2006). Preventing child maltreatment: a guide to taking action and generating evidence. *World Health Organization*.



Universidade do Minho

Conselho de Ética

Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas

Identificação do documento: CEICSH 092/2022

Relatores: Emanuel Pedro Viana Barbas Albuquerque e Marlene Alexandra Veloso Matos

Título do projeto: *Do Trauma à Reclusão: Um estudo qualitativo com Reclusos a cumprir pena numa Prisão de Alta Segurança em Portugal*

Equipa de Investigação: Tânia Silva Gonçalves (IR, Mestrado em Psicologia da Justiça, Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Doutora Ângela da Costa Maia (Orientadora), Escola de Psicologia, Universidade do Minho

PARECER

A Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) analisou o processo relativo ao projeto de investigação acima identificado, intitulado *Do Trauma à Reclusão: Um estudo qualitativo com Reclusos a cumprir pena numa Prisão de Alta Segurança em Portugal*.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) nada tem a opor à realização do projeto nos termos apresentados no Formulário de Identificação e Caracterização do Projeto, que se anexa, emitindo o seu parecer favorável, que foi aprovado por unanimidade pelos seus membros.

Braga, 6 de outubro de 2022.

O Presidente da CEICSH

(Acílio Estanqueiro Rocha)